

**MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL****Francisco José Coelho Teixeira**

Ministro da Integração Nacional

**Robson Afonso Botelho**

Secretário de Infraestrutura Hídrica

**Elianeiva de Queiroz Viana Odísio**

Coordenadora-Geral de Programas Ambientais

**Maria da Glória Almeida Teixeira**

Especialista Médio I

**Juliana Brito dos Santos**

Analista Técnico-Administrativo

**CMT ENGENHARIA****Auriman Cavalcante Rodrigues**

Coordenador-Geral

**Carlos Danger Ferreira e Silva**

Coordenador Setorial

**Mariana Veríssimo Pacheco**

Coordenadora Setorial

**Denise Bonomo**

Inspetora Ambiental

**Juliana Márcia Andrade**

Inspetora Ambiental

**Equipe Técnica:****Ana Paula Alencar**

Analista Ambiental

**Fabiana Lisboa**

Analista Ambiental

**Leonardo Brilhante de Medeiros**

Analista Ambiental

**Marcello Aponte**

Analista Ambiental

**Marismar Bispo**

Analista Ambiental



**Dados da Publicação:**

Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional.

**Realização:**

Equipes de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas: Adriana Martins, Adriana Nascimento de Oliveira, Ana Paula Alencar, Cláudia Maria de Albuquerque Guimarães, Denise Bonomo, Edivam José da Silva, Fabiana Lisboa, Gislane Rodrigues Lima, Juliana Márcia Andrade, Leonardo Brilhante de Medeiros, Marcello Aponte, Marismar Bispo e Valtercio Evangelista da Silva.

**Coordenação:**

Juliana Márcia Andrade

**Pesquisa e Textos:**

Adriana Martins

Ana Paula Alencar

Leonardo Brilhante de Medeiros

**Ilustração e Projeto Gráfico:**

Francisco Puygserver

Pablo Murilo Araújo

**Revisão:**

Denise Bonomo

Leonardo Brilhante de Medeiros

Marismar Bispo



## LISTA DE SIGLAS

AQCC - Associação Quilombola de Conceição das Crioulas

AQCR - Associação Quilombola da Cruz dos Riachos

AQCS - Associação Quilombola Comunidade Santana

AQUICBÁ - Associação Quilombola da Comunidade de Jatobá

ASA - Articulação do Semiárido Brasileiro

ASPAPP - Associação dos Produtores Agrícolas do Poço da Pedra

CEASA - Centro de Abastecimento

CCLF - Centro de Cultura Luiz Freire

CDR - Conselho de Desenvolvimento Rural

CEACQ - Comissão Estadual de Articulação de Comunidade Quilombolas de Pernambuco

CECOR - Centro de Educação Comunitária Rural

CIDA - Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional

COMPESA - Companhia Pernambucana de Saneamento

CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas

CPA - Centro de Produção Artesanal

DRP - Diagnóstico Rápido Participativo

EIA - Estudo de Impacto Ambiental

EJA - Educação de Jovens e Adultos

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FCP - Fundação Cultural Palmares

FUNASA - Fundação Nacional de Saúde

GERES - Gerência Regional de Saúde

IN - Instrução Normativa

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPA - Instituto Agrônomo de Pernambuco

ISA - Instituto Socioambiental

ITEP - Instituto de Tecnologia de Pernambuco

MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário



MEC – Ministério da Educação e Cultura

MI - Ministério da Integração Nacional

MMTR - Movimento das Mulheres e Trabalhadoras Rurais

MSD - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PBA – Projeto Básico Ambiental

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PISF - Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL - Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PSF - Programa de Saúde da Família

SEPPIR - Secretaria Especial de Políticas da Promoção de Igualdade Racial

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

ONG - Organização Não Governamental



## ÍNDICE

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2.</b>	<b>JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>7</b>
<b>3.</b>	<b>ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA .....</b>	<b>8</b>
3.1.	Comunidades Quilombolas no Brasil.....	8
3.2.	Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano.....	10
<b>4.</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>12</b>
4.1.	Fase de Instrumentação .....	13
4.1.1.	Público-Alvo.....	15
4.1.2.	Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados.....	15
4.2.	Fase de Interpretação das Informações .....	16
<b>5.</b>	<b>ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>6.</b>	<b>COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SERRA DO TALHADO.....</b>	<b>20</b>
6.1.	Resultados da Memória Coletiva .....	20
6.1.1.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico..	20
6.1.2.	Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico .....	22
6.2.	Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social ....	24
6.2.1.	Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social .....	25
6.3.	Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva .....	25
6.4.	Pesquisa Socioeconômica .....	27
6.4.1.	Aspectos Socioeconômicos da Comunidade.....	27
6.4.2.	Infraestrutura Social e Econômica .....	38
6.4.3.	Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo.....	40
6.4.4.	Serviços de Apoio à Produção.....	41
6.4.5.	Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica .....	41
<b>7.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>43</b>
<b>8.</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>
<b>9.</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>46</b>



## 1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico Socioambiental Participativo das Comunidades Quilombolas da Área de Influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF) é resultado das ações dos Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental, os quais integram o conjunto de programas ambientais que compõem o Projeto Básico Ambiental (PBA) do PISF. As ações visam minimizar possíveis impactos causados pela implantação do empreendimento, bem como a promover melhoria na qualidade de vida das comunidades quilombolas identificadas na Área de Influência Direta (AID) do PISF.

O propósito deste documento é apresentar informações socioeconômicas e ambientais dessas comunidades, a fim de subsidiar ações de educação ambiental, organização e gestão produtiva. Ademais, essas informações poderão contribuir com as instituições governamentais que atuam diretamente nessas comunidades quilombolas na busca de uma gestão comunitária colaborativa voltada para o desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento da cultura local.

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo desenvolvido por meio de procedimentos metodológicos pautados na pesquisa-ação, a partir da reflexão e construção entre os atores sociais de comunidades quilombolas pesquisadas e a equipe técnica responsável pela implementação dos programas ambientais.

Essas ações foram desenvolvidas em 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, são elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado, Sítio Feijão/Posse, Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha, Santana, Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana.

Assim, de modo a facilitar a apresentação desses resultados, o diagnóstico foi dividido por comunidade quilombola, constando, assim, de 12 (doze) volumes.



## 2. JUSTIFICATIVA

A principal função de um diagnóstico socioambiental participativo das comunidades é ampliar o autoconhecimento dessas comunidades sobre as potencialidades, problemas locais e a relação com o meio ambiente promovendo o planejamento participativo.

Um diagnóstico pode-se constituir como elemento central para a organização de ações que visam o desenvolvimento local, pois permite o diálogo entre técnicos e moradores de uma comunidade sobre a realidade vivida pelo grupo, sobre a rede de relações sociais, de conflitos e contradições que lhe imprimem um dinamismo permanente e que abrem caminhos para a transformação.

As dimensões levantadas em um diagnóstico são inter-relacionadas entre si e poderão ser equacionadas em reflexões e ações coletivas de planejamento para o desenvolvimento comunitário na direção da melhoria de qualidade de vida da população. Os participantes deste processo têm a possibilidade de reconhecer melhor suas experiências, fraquezas e habilidades, avaliando quais são as melhores alternativas para um novo planejamento de ações prioritárias a esse desenvolvimento.

Espera-se que todo processo de elaborar, consolidar e validar este diagnóstico favoreça a construção do autoconhecimento e de uma consciência crítica do processo de mudança do grupo, além disso, que subsidie o planejamento e desenvolvimento de ações contextualizadas em educação ambiental e capacitações de organização e gestão produtiva.

Em contrapartida a um estudo pré-elaborado, com perguntas direcionadas e formuladas intencionalmente, este estudo permite que os próprios comunitários analisem o meio em que vivem, as suas mais diversas relações de dependência e possíveis alternativas para melhorias locais.



### 3. ESPAÇO FÍSICO DA PESQUISA

#### 3.1. Comunidades Quilombolas no Brasil

Para entender como se deu a formação das comunidades quilombolas no Brasil é necessário conhecer o sistema escravista brasileiro, época na qual os portugueses começaram a dominação de nosso território. Desse modo, para se instalar precisavam de mão de obra forte, barata e em grande quantidade. A mão de obra escrava africana, facilitada pelo mercantilismo europeu, se tornava a alternativa mais lucrativa e viável. O tráfico negreiro, iniciado por volta de 1532, foi, por mais de três séculos, uma das maiores e mais rentáveis atividades, trazendo mais de 3 milhões de escravos para os portos brasileiros (ALBUQUERQUE & FILHO 2006).

Em território africano os negros eram tratados como moeda de troca. Trocava-se um negro por aguardente de cana, espelhos, rolos de fumo, entre outros. Quando adquiridos, os negros eram marcados a ferro em brasa, e, acorrentados, eram encaminhados aos presídios da costa africana, onde esperavam os navios negreiros. Esses negros eram transportados de forma sub-humana, amontoados nos porões dos navios, alguns chegavam a óbito e eram jogados ao mar. Assim, quando chegavam ao território brasileiro, eram comercializados nos mercados da Bahia, do Rio de Janeiro, do Maranhão e do Pernambuco, e seus serviços eram empregados na lavoura, mineração, pecuária ou em trabalhos domésticos. A economia da colônia e do Império dependia praticamente do trabalho dos escravos africanos. O trabalho deles desenvolveu a monocultura canavieira, a monocultura cafeeira e a mineração (SOUSA 2012, não paginado).

Apesar desse histórico escravista, Silva (2010) afirma que esses povos não foram passivos e tampouco a formação do território dos quilombos se deu somente a partir dos redutos de negros fugitivos, mas, também, da compra da terra pelos escravos alforriados, ou por doação de terras pelos proprietários falidos para pagar pela prestação de serviços.

Durante todo o período de escravidão houve inúmeros casos de resistência dos povos negros. Existiam muitas maneiras de luta contra a escravidão, uma das formas mais expressivas de resistência foi a constituição de quilombos, “distribuídos por quase todo território brasileiro, agrupavam principalmente os povos africanos e seus descendentes escravizados, mas também brancos europeus excluídos do sistema e povos indígenas”. (ANJOS & CYPRIANO 2006).

Munaga & Gomes (2006) publicou que quilombo não significou apenas um lugar de refúgio de escravos fugidos, mas a organização de uma sociedade livre formada por “homens e mulheres que se recusavam a viver sob o regime da escravidão e desenvolviam ações de rebeldia e de luta contra esse sistema”.

Os refugiados tornaram-se pequenos produtores rurais autônomos, num processo de ocupação e uso produtivo das regiões florestadas mais distantes dos rios, em áreas do





interior do Brasil. Após a abolição, muitos ex-escravos continuaram suas atividades agrícolas, enquanto outros foram obrigados a trabalhar para latifundiários e garantir sua sobrevivência (ISA 2008).

Vale ressaltar que muitas comunidades foram formadas após a promulgação da Lei Áurea, que extinguiu a escravidão, por uma forte razão: era a única possibilidade do negro viver em liberdade, num espaço onde sua cultura não era desprezada, sendo possível, por isso, preservar a dignidade.

Em resumo, Munanga & Gomes (2006) afirmam que a luta e organização, marcadas por atos de coragem, caracterizaram o que se convencionou chamar de “resistência negra”, cujas formas variavam de insubmissão às condições de trabalho, revoltas, organizações religiosas, fugas, até aos chamados mocambos ou quilombos.

Os quilombos representam uma das maiores expressões de luta organizada no Brasil, em resistência ao sistema colonial-escravista, atuando sobre questões estruturais, em diferentes momentos histórico-culturais do país, sob a inspiração, liderança e orientação política ideológica de africanos escravizados e de seus descendentes de africanos nascidos no Brasil. Essas comunidades negras têm empreendido uma luta pelos direitos à liberdade, cidadania e igualdade, no conjunto das reivindicações pela posse da terra, bens considerados sagrados e formadores de uma identidade étnica.

Sabe-se que no Brasil foram criados vários quilombos desde então, mas, não se tem, até hoje, o censo da população quilombola. Estimativas do movimento social apontam a existência de 3 a 5 mil comunidades quilombolas.

A partir dos anos 70, a questão quilombola foi recolocada no contexto nacional com a “descoberta das comunidades quilombolas”, graças, em grande parte, ao movimento negro contemporâneo e ao exercício intelectual de vários autores. E, na década de 80, com o advento da atual Constituição Federal, o Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, em seu art. 68, reconheceu a propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que ocupavam suas terras, determinando que o Estado emita em favor daquelas comunidades os títulos respectivos.

Apesar de a Constituição Federal garantir aos remanescentes de quilombos o direito à propriedade de suas terras, somente 192 comunidades possuem este título, conforme dados da Comissão Pró-Índio, São Paulo.

A titulação é um procedimento importante, pois estabelece a extensão e os limites do território quilombola e dirime eventuais disputas sobre as terras ocupadas pelas comunidades. A indefinição quanto à regularização fundiária coloca os quilombolas em situação de vulnerabilidade; dificulta o seu acesso a programas e políticas públicas e representa um entrave para a gestão sustentada dos territórios (ANDRADE 2011).



No Brasil, a Fundação Cultural Palmares, instituição pública vinculada ao Ministério da Cultura, realiza várias atividades com comunidades quilombolas, dentre elas, formaliza a existência dessas comunidades, assessorando-as juridicamente e desenvolvendo projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania. Assim, por meio dessa instituição, mais de 1.500 comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas, dentre elas: 216 em Pernambuco, 68 na Paraíba e 64 no Ceará.

### 3.2. Comunidades Quilombolas do Nordeste e Sertão Pernambucano

Por volta do século XVI, o trabalho escravo chega ao Brasil, em decorrência do ciclo econômico da cana-de-açúcar no Recôncavo Baiano e ao norte de Pernambuco, onde se incluem hoje os estados de Alagoas e Sergipe (ANJOS & CYPRIANO 2006).

A região Nordeste foi onde se concentrou o maior número de quilombos existentes no Brasil, possuindo centenas de comunidades negras, cuja resistência cultural expressa características próprias de suas tradições festivas, manifestações religiosas e costumes.

As comunidades quilombolas mais antigas originaram-se principalmente de processos de fuga de negras e negros escravizados, provenientes de fazendas locais, mas também de regiões mais distantes, como o agreste meridional de Pernambuco e Alagoas. Um exemplo desse processo foi o surgimento na região hoje localizada no estado de Alagoas do quilombo de Palmares, considerado como um dos principais símbolos de resistência à escravidão no Brasil.

O quilombo de Palmares chegou a ter aproximadamente 20.000 habitantes e conseguiu resistir durante sessenta anos ao cerco colonialista. Em 1695 foi massacrado pelas forças de Domingos Jorge Velho, mas continuou a existir como símbolo de ameaça para a elite. A partir dessa ameaça, temendo surgir um novo Palmares, os senhores de engenhos e autoridades intensificaram a vigia e a procura de escravos fugidos, mas, mesmo assim, outros quilombos surgiram nas primeiras décadas do século XIX, como o Catucá, localizado no estado de Pernambuco.

No processo de instalações em terras após as fugas, os negros eram acolhidos por indígenas, que com o passar dos tempos obtiveram relações de parentesco que persistem até hoje, caracterizando os quilombos da região do vale do São Francisco, do Sertão Central e de Itaparica (ARARIPE & NASCIMENTO 2008).

O início da territorialização das comunidades quilombolas do sertão de Pernambuco se relaciona fortemente com o contexto sociopolítico do período em que iniciou a formação de cada uma das comunidades. Uma das motivações que levaram à territorialização dos locais de procedência de seus primeiros habitantes e às identidades étnicas dos grupos envolvidos, é a forte influência das mudanças políticas e econômicas do final do século XIX.



De acordo com Araripe & Nascimento (2008) essas comunidades, que surgiram a partir do final desse século, se originaram de fluxos migratórios que partiram de três situações: de comunidades quilombolas já existentes; de fazendas que mantinham o trabalho semiescravo, na condição de pessoas libertas; e da dispersão populacional do Arraial de Canudos. Nas três situações havia a presença de pessoas com ancestralidade branca, negra e indígena, o que explica a configuração pluriétnica encontrada em muitos dos quilombos na atualidade.

Muitas dessas pessoas conseguiram adquirir recursos resultantes da produção nos quilombos originais, como trabalhadores ou meeiros nas fazendas, o que possibilitou a formação de novas comunidades, com a compra de terras para moradia, cultivos de subsistência, coleta, caça, pesca e rituais sagrados.

Portanto, as comunidades remanescentes de quilombolas são formadas por grupos sociais cuja identidade étnica é detentora de um patrimônio cultural rico e valoroso.



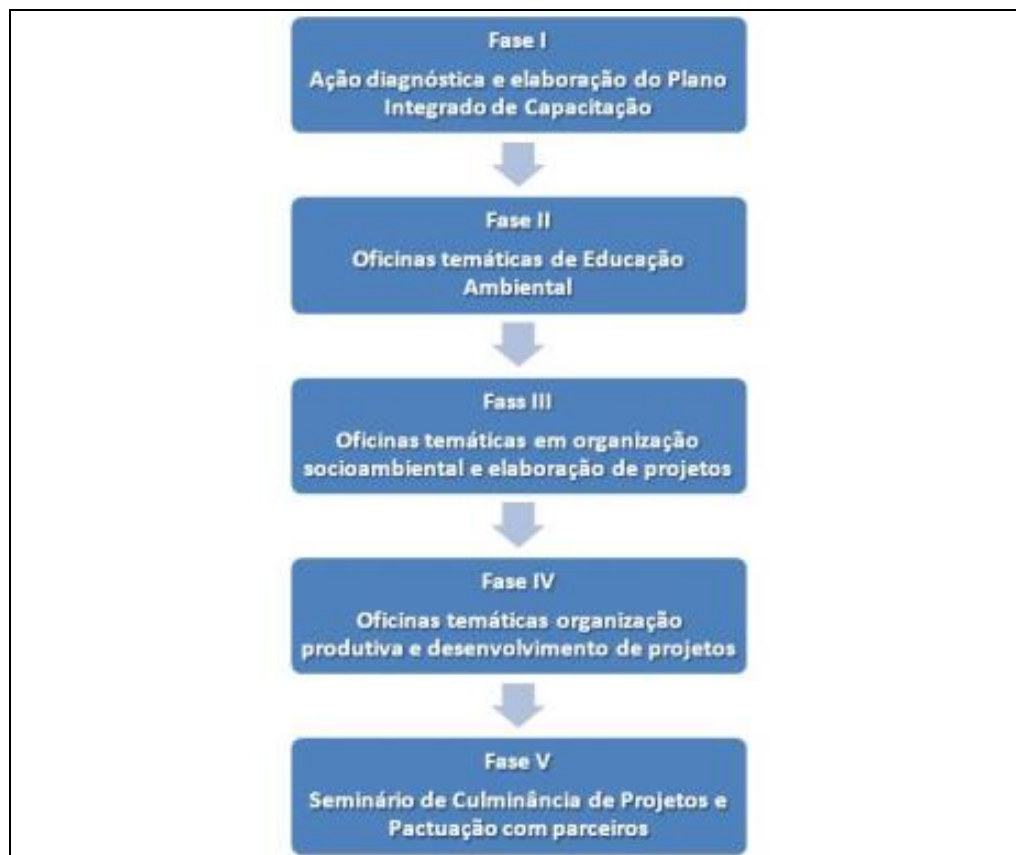
#### 4. METODOLOGIA

O Diagnóstico Socioambiental Participativo de Comunidades Quilombolas do PISF é resultado de um processo dialógico e participativo, representando um conjunto de conceitos e informações que as comunidades podem se subsidiar para gerenciar com autonomia seu desenvolvimento e planejamento.

As comunidades que participaram desse processo podem analisar seu modo de vida e o conhecimento adquirido com o trabalho desenvolvido, colaborando assim para o fortalecimento no planejamento de ações estratégicas. Esse trabalho baseou-se em processos de pesquisa, a partir das condições de vida das comunidades estudadas, com seus próprios conceitos e visões.

Desse modo, a metodologia utilizada nesse processo formativo, implementada para os comunitários das 12 (doze) comunidades quilombolas contempladas pelos programas ambientais do PISF, visou potencializar sujeitos e comunidades nos aspectos epistemológicos relacionados à educação ambiental, fortalecimento de instituições das comunidades, elaboração e encaminhamento de projetos socioprodutivos, identificação e estabelecimento de parcerias, contratos e convênios para implantação de empreendimentos, e foi estruturada em cinco fases, representada na figura a seguir:

Figura 01. Fases do processo de formação continuada.



As cinco fases consistem num processo pedagógico, tendo em vista que contêm a intencionalidade de estimular as comunidades para a investigação, análise e avaliação de seus desafios e potencialidades, e, sobretudo, a valorização dos saberes já existentes, bem como a apropriação de novos conhecimentos. Esta metodologia proporciona ainda à comunidade, a interpretação do que se define como um problema ou como o que é desejável, levando em consideração o que realmente significa qualidade de vida para o grupo envolvido.

#### 4.1. Fase de Instrumentação

A oficina de mapeamento técnico para as comunidades quilombolas iniciou o levantamento *in loco* de dados, seguindo diretrizes de estudos realizados em mapeamentos territoriais socioambientais, como ação inicial e norteadora para o processo contínuo e posterior diagnóstico.

Esta fase do mapeamento caracterizou-se por uma metodologia participativa de pesquisa-ação, pautada na pedagogia *freireana* como ação descritiva e de empoderamento local, envolvendo o levantamento e a organização de informações sobre o histórico e a realidade socioambiental de cada comunidade que foi pesquisada.

Os participantes da oficina de mapeamento, divididos em oito grupos, construíram painéis (Anexo I) em que dispuseram as principais informações sobre a comunidade e, numa dinâmica de rotatividade com grupos menores, foi promovida a participação de todos sobre os dados contidos nos painéis. Os painéis apresentavam os seguintes eixos temáticos: 1) Nossas Águas e Usos; 2) Nosso Lixo; 3) Nossa Saúde; 4) Nossa Educação e Comunicação; 5) Nossa Cultura; 6) Nosso Meio Ambiente, Agricultura e Criação; 7) Nossos Movimentos Sociais e ainda 8) Nossos Arranjos Produtivos. Cada eixo possuía um espaço em branco para preenchimento das informações.

O mapeamento técnico desenvolveu-se em três momentos distintos, norteados por eixos temáticos descritos anteriormente, sendo eles: a valorização e identificação dos saberes prévios; a socialização de conceitos e análise; e atividade de alternância para os comunitários, a partir da apresentação de um questionário socioeconômico.

A fase caracterizada pela cartografia social, e sua consequente produção de mapas sociais, buscou levantar conhecimentos e entendimentos dessas comunidades como protagonistas da ação e suas diversas relações com o meio em que vivem, expressadas em desenhos simbólicos.

Os mapas produzidos representam um processo de expressão e descrição coletiva dos atributos que melhor refletem um território, ou paisagem, em função do conjunto de fragilidades e potencialidades locais. De modo simplificado, os mapas simbolizam uma 'fotografia' do momento que a comunidade vive, com a vantagem de registrar elementos surreais e sua dinâmica de transformação e com o único critério de obedecer ao que





realmente é representativo, relevante a todo o grupo. Todos participam de forma igualitária, jovens, crianças, idosos, analfabetos, lideranças, propiciando o olhar comum, que é a prioridade dessa metodologia.

Os atributos/características de composição desses mapas podem ser trazidos tanto pela equipe técnica de pesquisadores quanto pelos componentes da própria comunidade. O caráter participativo desse processo se fortalece a partir do momento em que os participantes são, simultaneamente, autores e atores das percepções a respeito do território em que se inserem.

A metodologia de cartografia social que tem como principal produto os mapas sociais visa levantar aspectos relacionados à: identidade e história da comunidade; elementos simbólicos e afetivos do local; conhecimentos, economia e produção local; significado e entendimento das palavras-chave do processo de planejamento participativo; e mapa da comunidade contendo limites geográficos. As ideias locais sobre qualidade de vida inevitavelmente são expressas nessas cartas.

Para a construção de mapas sociais, é fundamental conhecer a história humana do território. Por isso, é importante estimular a memória dos comunitários para que resultados satisfatórios relativos aos valores materiais e imateriais desses grupos sejam obtidos. Nesse momento, faz-se também o resgate histórico da fase de mapeamento técnico, enriquecido com relatos dos moradores e desenhos apontados nos mapas.

Após as duas fases do mapeamento, técnico e social, como atividade de alternância, foi realizada pesquisa socioeconômica a partir dos questionários aplicados aos moradores envolvidos, conforme descrito na fase de mapeamento técnico. O questionário abordou questões específicas, referentes aos temas: perfil socioeconômico, organização social, infraestrutura, saúde, educação e comunicação.

Após a aplicação do questionário em forma de entrevista, realizada pelos próprios moradores com outros que não participaram das oficinas anteriores e buscando envolver todas as famílias da comunidade, foram realizadas as Oficinas de Devolutiva, que tiveram como principal objetivo compartilhar as informações coletadas e produtos gerados durante as oficinas anteriores. Na oficina também foram apresentadas as propostas de capacitação dos Programas de Educação Ambiental e de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF (Anexo II - Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas), para validação dos temas selecionados para a intervenção.

Os dados identificados durante as atividades diagnósticas foram apresentados para todo o grupo, a fim de corrigir e/ou complementar as informações que iriam compor o documento diagnóstico, e incentivando que o material possa servir de instrumento para



gestão e referencial bibliográfico da comunidade. Como encerramento da atividade possibilitou-se também aos comunitários validar as informações em ata de reunião.

#### 4.1.1. Público-Alvo

Comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano, sendo elas: Araçá, Juazeiro Grande, Pedra Branca, Queimadas, Serra do Talhado e Sítio Feijão/Posse, localizadas no município de Mirandiba; Conceição das Crioulas, Contendas/Tamboril do Padre/Cacimba Velha e Sítio Santana, no município de Salgueiro; e Cruz dos Riachos, Jatobá II e Fazenda Santana, no município de Cabrobó.

#### 4.1.2. Métodos e Técnicas de Obtenção dos Dados

Malhotra (2006) conceitua pesquisa qualitativa como uma “metodologia de pesquisa não estruturada e exploratória, baseada em pequenas amostras que proporcionam percepções e compreensão do contexto do problema” e a pesquisa quantitativa como “metodologia que procura quantificar os dados e, geralmente, aplica alguma forma de análise estatística”.

Assim, a pesquisa realizada nas comunidades quilombolas em questão apresenta-se como quantitativa e qualitativa, pois os propósitos não podem ser alcançados por uma única base metodológica. A riqueza e a diversidade de informações relevantes e, principalmente, a singularidade da dinâmica populacional dessas comunidades exigem um estudo mais abrangente e criterioso.

O estudo, como citado anteriormente, foi subsidiado em dados coletados por mapeamento técnico e produção de mapas sociais, porém o instrumento mais prático para realização da pesquisa foi apresentado na forma de questionário socioeconômico, proposto com o objetivo de aperfeiçoar e quantificar os dados coletados em campo, sistematizar as informações de forma homogênea e verificar a possibilidade de replicação pelo grupo, caracterizando-se por fácil aplicação dos próprios comunitários.

O referido questionário possui inúmeras vantagens para composição do processo de diagnóstico. Entre elas, garante o anonimato, quando necessário, e apresenta questões objetivas e de fácil aplicação, oferece tempo hábil para o preenchimento das respostas, facilidade de conversão dos dados para arquivos digitais, uniformidade com a padronização de questões e baixo custo na produção.

Um questionário, segundo Gil (1999), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. Como a pesquisa possui um caráter empírico, este instrumento permite a coleta de dados a partir da realidade local, e ainda, pela simplicidade da maioria das questões, alcança até mesmo moradores que não



sabem ler ou escrever, com o auxílio de pessoas da comunidade que respondem ao mesmo questionário.

#### 4.2. Fase de Interpretação das Informações

Após a realização de oficinas de mapeamento técnico e mapa social, e consequente atividade de alternância a partir da aplicação dos questionários por moradores das comunidades, os dados foram recolhidos e compilados gerando gráficos quantitativos após análise e obedecendo a critérios estabelecidos previamente.

A análise das informações coletadas nas oficinas mapeamento técnico e mapa social e nos questionários aplicados foram sistematizadas e socializadas em oficinas de devolutiva para validação pelos comunitários.

Após a validação das informações contidas no painel produzido no mapeamento técnico, os gráficos gerados a partir do questionário socioeconômico foram expostos à comunidade, visando a confirmação de que retratam a realidade local, bem como para o apontamento de potencialidades para a gestão comunitária autossuficiente. As informações complementam-se, pois aludem à espacialização do seu território, seus aspectos históricos, simbólicos e culturais. Os mapas sociais também corroboram os dados levantados no painel, pois representam a configuração espacial dessas comunidades em forma de desenhos, com ênfase aos símbolos mais relevantes.

Na oportunidade, foram apresentados às comunidades quilombolas os aspectos do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, documento referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas do Projeto Básico Ambiental do PISF.

O Plano foi elaborado de forma integrada representando a inter-relação entre os Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, de Comunicação Social e de Educação Ambiental do PISF. Seu principal objetivo é fornecer elementos que promovam a autonomia dessas comunidades, seu desenvolvimento e organização socioeconômica e ambiental e, prioritariamente, o fortalecimento das relações de interdependência intrínsecas a essas comunidades tradicionais.

O Plano expressa a continuidade do processo de formação, priorizando a continuidade das ações executadas durante a fase diagnóstica e que, de forma linear, estabelece a perspectiva de estabelecimento de parcerias, elaboração e gestão de projetos, necessariamente relacionados às questões socioprodutivas.

Este Diagnóstico subsidiou a elaboração do Plano, com informações e relatos coletados durante as fases de Mapeamento Técnico, Mapeamento Social e de Devolutiva. Nessas etapas foram consideradas, principalmente, as necessidades das comunidades quanto aos seus anseios para a realização de oficinas de formação: temas relevantes ao desenvolvimento local, potencialidades e fragilidades da dinâmica populacional e





prováveis desafios para a mobilização e organização comunitária visando à promoção de novas atividades.

Sendo assim, o Plano foi idealizado para propor um conjunto de capacitações prioritárias no contexto do PISF visando o desenvolvimento dessas comunidades, por meio de oficinas temáticas, que valorizem os saberes tradicionais de cada uma separadamente, pois suas diferenças implicam em ações também distintas. E ainda, como fomento ao planejamento de novas ações organizacionais, o Plano pode subsidiar a elaboração de futuros planos de ação locais, pois é sustentado pelas necessidades identificadas pelos próprios comunitários.

Como proposta de intervenção, essas atividades estabelecem um acordo entre as comunidades e instituições envolvidas para a continuidade e eficiência do processo formativo.



## 5. ASPECTOS ÉTICOS E LEGAIS

O processo normativo dos direitos quilombolas vem se efetivando desde a década de 1980, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988. O artigo 68, do Ato dos Dispositivos Constitucionais Transitórios, dispõe:

*“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos.”*

No momento em que o Estado reconhece um grupo como remanescente de quilombo fixa uma identidade não só política, administrativa e legal, mas também uma identidade social, permitindo assim direito a uma identificação étnica, que é veículo de obtenção de direitos diferenciados. Desse modo, esse artigo instituiu um novo sujeito social e político etnicamente diferenciado a partir dos direitos.

Apesar dos preceitos legais apresentados na Carta Magna, durante a década de 1990, o processo formal ainda se encontrava indefinido, promovendo-se uma série de iniciativas isoladas de regularização dos territórios quilombolas, ora conduzidas pela Fundação Cultural Palmares, ora pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ora pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou ainda pelos Institutos de Terra dos Estados.

Algumas tentativas de sistematização da condução do processo foram feitas, como o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro 2001, controverso dentre outros aspectos, por restringir a propriedade quilombola à questão temporal de permanência na terra: só poderiam pleitear o reconhecimento étnico e a regularização fundiária, territórios ocupados por quilombos em 1888 e que permaneciam nos locais remanescentes das comunidades dos quilombos em 05 de outubro de 1988. Essa disposição desconsiderava o dinamismo cultural, as rotas de fuga e fluxos migratórios dessas populações, cuja mobilidade teve motivações diversas nas diferentes regiões do país.

Os relatos contidos neste diagnóstico, por exemplo, revelam movimentos migratórios por motivos distintos, que se referem tanto a mudanças políticas e econômicas na região, como a busca de locais com fatores ambientais favoráveis. E, ainda, esse decreto não contemplava os quilombos urbanos.

Em 20 de novembro de 2003, é publicado o Decreto 4.887, que revogou o Decreto nº 3.912, de 10 de janeiro de 2001, e regulamenta os órgãos responsáveis pela titulação dos territórios quilombolas, atribuindo ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do INCRA, o papel de órgão executor, cujas diretrizes são definidas pela Instrução Normativa RFB nº 16, envolvendo a implementação de ações de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras tradicionalmente ocupadas por comunidades quilombolas, ações essas incorporadas ao



Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) que prevê processos participativos e gestão específica para essas comunidades.

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, refere-se ao conceito e à identificação étnico-quilombola. Prevê a autoatribuição como elemento fundamental do reconhecimento, segundo a trajetória histórica própria do grupo que é dotada de relações territoriais específicas. Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculados da ideia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”.

Considerando os diferentes processos de territorialização, bem como a diversidade de organização social e política dessas comunidades, adota-se, aqui, a definição apresentada na publicação ‘Sertão Quilombola, A Formação dos Quilombos no Sertão Pernambucano’ (ARARIPE & NASCIMENTO, 2008) que, de maneira sucinta, conceitua as comunidades quilombolas como: “grupos étnicos que assim se autoidentificam e que se mobilizam politicamente em torno de demandas comuns e diferenciadas do conjunto da sociedade nacional, especialmente o direito ao território que tradicionalmente o ocupam e que está na base da sustentação da sua etnicidade”.

Com base nessa definição, este diagnóstico apresenta compreensões a partir de relatos dos moradores de 12 (doze) comunidades quilombolas do Sertão Pernambucano supramencionadas. Frequentemente, as informações referentes às origens das comunidades, o histórico de ocupação, as percepções territoriais, as relações de sociabilidade e de parentesco, que se mantêm até hoje, inter-relacionam as comunidades pesquisadas tecendo diferentes histórias.

Percebe-se o quanto elas se complementam, seja por meio dos laços familiares e/ ou pela luta de resistência na região. A seguir é apresentado o diagnóstico realizado na comunidade de Serra do Talhado, localizada no município de Mirandiba, estado de Pernambuco.



## 6. COMUNIDADE QUILOMBOLA DE SERRA DO TALHADO

### 6.1. Resultados da Memória Coletiva

#### 6.1.1. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Técnico

A fase de mapeamento técnico dirigido à comunidade quilombola de Serra do Talhado propiciou o levantamento e análise de informações categorizadas por eixos e qualificação dos atores locais para a percepção dos conhecimentos técnicos levantados, fortalecendo assim o protagonismo e a perspectiva de planejamento e organização locais.

Este momento possibilitou, de forma dialógica, promover a articulação e a participação de moradores da comunidade e suas diferentes formas de organização, visando o levantamento de informações relevantes à comunidade, e que subsidiará a construção de um planejamento para futuras ações. Essa metodologia presente na fase inicial do processo de diagnóstico está pautada nesta característica de construção coletiva, permeada por um processo de ensino-aprendizagem contínuo, garantido pela pedagogia da alternância, que fortalece este processo com atividades práticas fornecendo subsídios para as fases subsequentes.

A metodologia utilizada no mapeamento técnico procura fortalecer a participação do indivíduo e sua representatividade dentro de sua comunidade, a fim de que possa se compreender os conhecimentos adquiridos e utilizá-los em prol de melhorias na qualidade de vida local.

Os participantes foram convidados a construir um painel coletivo, que giram em circuito para que todos contribuam com informações nos oito eixos temáticos sugeridos:

- 1 - Nossas Águas e Usos;
- 2 - Nosso Lixo;
- 3 - Nossa Saúde;
- 4 - Nossa Educação e Cultura;
- 5 - Nossa Comunicação;
- 6 - Nosso Meio Ambiente;
- 7 - Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras; e
- 8 - Nossos Arranjos Produtivos.

Em cada eixo foi escolhido um relator para o grupo, que fez as anotações numa folha de papel pardo dividida nos seguintes quadrantes: Existe, Facilita e Dificulta. Assim, cada grupo teve a possibilidade de discutir os aspectos relevantes, do que existe em sua comunidade dentro de cada eixo; suas potencialidades representadas pelo que facilita, e seus desafios rumo ao desenvolvimento comunitário que se pretende construir,



representado pelo que dificulta. Como não são expostas perguntas norteadoras neste momento, permite-se que os participantes tenham reflexões livres relativas aos eixos específicos, considerando os saberes tradicionais articulados aos saberes comuns sobre os aspectos em questão.

A seguir, o painel elaborado na comunidade de Serra do Talhado:

Quadro 01. Painel rotativo como resultado da construção coletiva - Comunidade Quilombola Serra do Talhado.

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Cacimba (para todos os usos); cisterna (nem todas as moradias têm); utilização de jumentos e bois para o transporte de água até as casas; caldeirão (Lajeiro); 01 lagoa; tratamento da água de beber com cloro.</i>	<i>Beber; lavagem de roupas; plantio; irrigação; animais; cultivo de plantas; hortaliça.</i>	<i>Chegada da água até a casa, transporte de água na cabeça ou utilizando animais; água salgada e não tratada, falta carro pipa, falta de equipamentos para puxar a água para todo o consumo; falta energia elétrica para o poço; ausência de água encanada; falta manutenção nas cisternas; falta cisternas em algumas moradias; não há barragens e açudes; há desperdício de água.</i>
No item " <b>Facilita</b> " o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria, tais como a existência de um poço para a comunidade, encanamento para utilização da água da cacimba, manutenção das cisternas.		
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Todos jogam ao ar livre; orgânicos para os animais; poluição das águas e do ambiente; esgoto de lavagem de roupas; fezes (animais); o lixo é jogado em buracos para aterros; o plástico é queimado.</i>	<i>Adubo orgânico de fezes animais para plantas; animais e seres humanos; atração de fungos e micróbios; queimar ou enterrar.</i>	<i>Não há coleta, nem queimadas; prejudica a saúde, o ar e a comunidade; os entulhos dificultam as passagens das águas para os riachos.</i>
No item " <b>Facilita</b> " o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria, como a existência de um depósito para descartar o lixo; reciclagem e local próprio para lavagem de roupa.		
NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Agente de saúde, existem plantas que servem de medicamentos; utilização de cloro para tratamento das águas; dentista; médico; escola; união; operação para não ter filhos; dor de dente, febre; dor de cabeça; dor na coluna; chagas; diarreia; depressão.</i>	<i>Plantas medicinais; cloro; água; telefone celular; energia; agente de saúde; estrada; união; associação; transporte escolar para deslocamento dos doentes; benzedor; posto de saúde.</i>	<i>A falta de transporte adequado e regular para atendimento médico na sede de Mirandiba (Carro/ambulância); posto de saúde mais próximo à comunidade; comunicação que é pouca; o agente de saúde, o dentista e o médico não vêm de forma regular; falta de sede para o atendimento; falta de telefone público; falta de água encanada; falta de preservativos; falta ensinamentos sobre a saúde bucal; deslocamento até a cidade; falta de medicamentos; falta oculista.</i>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Dificulta
<i>Água; plantas (milho, feijão, mamona, fava, macaxeira, laranja, mamão, coco, caju, acerola, salsa, arroz, banana, cana, batata doce, goiaba, manda e medicinais); animais (galinha, cobra, porco, ovelha, boi, bode, aves); solo (arenoso bom para agricultura); ar puro; e pessoas.</i>	<i>Plantação; animais no transporte; água; catolé; umbu; milho; terra para o trabalho.</i>	<i>Não há árvores (matrizes) frutíferas para produção das mudas (filiais); falta de frutíferas para alimentação; desmatamento.</i>



**NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA**

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Escola de 1ª a 4ª; Associação; vaquejada; PETI; grupo de mulheres; terço dos homens e das crianças; bar; futebol; grupo evangélico.</i>	<i>A escola facilita o acesso dos comunitários vizinhos a ela; a Associação ajuda muito com relação à cultura; meio de transporte para os estudantes (manhã); preserva a cultura da comunidade; união; conhecimento; religiosidade; o transporte dos estudantes que serve para os feirantes; cisternas; bolsa família.</i>	<i>Dificuldade de acesso; falta de energia na escola; falta de telefone público; falta de água; falta de educação infantil; falta de transporte para os alunos que estudam no horário da noite; casas de barro, pois podem transmitir doença do barbeiro; pouco professores e muitos alunos na turma de seriação; falta de ensino para os jovens e adultos; analfabetismo (idosos); falta grupo de pessoas para representar a comunidade; falta professor para ensinar artes.</i>

**NOSSA COMUNICAÇÃO**

Existe	Facilita	Dificulta
-	<i>Energia que facilita a chegada das informações; recebimento de informações gerais por meio da associação.</i>	<i>Falta rádio na comunidade para divulgar o que fazemos; falta telefone público; falta acesso a todas as operadoras de telefonia; a rádio comunitária não informa sobre nossa comunidade; falta acesso à internet; falta computadores na escola e na comunidade; falta sede para reunião; falta carteiro.</i>

No item “**Facilita**” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a sua comunicação, dentre os quais o telefone público.

**NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS**

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação Quilombola de Serra do Talhado; Pastoral da Criança; terço dos homens, das mulheres e das crianças; Sindicato Rural; Conselho Tutelar; Conselho do Desenvolvimento Municipal.</i>	<i>Associação; espaço da escola; pastoral facilita a saúde infantil; presença do agente de saúde (informação entre Associação; Secretaria da Saúde, etc.).</i>	<i>Ausência de uma sede para Associação; falta de estrada; falta de comunicação (celular e internet); falta transporte; falta mais iniciativa dos jovens.</i>

**NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS**

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação; vaquejada; terço dos homens, das crianças e das mulheres; energia e poço amazonas.</i>	<i>Ver observação abaixo.</i>	<i>Criatório de animais solto no mato; falta trator para arar a terra; o deslocamento dos produtos para o comércio da cidade; falta dispopadeira de mamona; falta bomba elétrica.</i>

No item “**Facilita**” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria, como o caso de mais conhecimento e desenvolvimento nas questões produtivas; máquina de bater legumes e um trator para o arado.

### 6.1.2. Fase de Interpretação das Informações do Mapeamento Técnico

O painel sugerido como ferramenta para o mapeamento técnico propiciou a identificação de elementos que são prioritários à comunidade, obedecendo a eixos temáticos ou elementos que são determinantes ao desenvolvimento local de qualquer grupo social. Os itens ‘Existe’, ‘Facilita’ e ‘Dificulta’ expressos no painel permitem a identificação objetiva da composição do grupo em questão e suas relações com seu território, com ênfase aos recursos humanos e materiais existentes (Existe), potencialidades (Facilita) e fragilidades (Dificulta).

Este tipo de abordagem de pesquisa também promove a participação coletiva, com o grupo maior de participantes dividido em oito grupos menores, seguindo a ordenação dos eixos temáticos. O painel transitou por todos os pequenos grupos, assim, todos os





participantes puderam contribuir com informações pertinentes relativas a cada um dos eixos temáticos.

Além do painel, relatos dos moradores foram sistematizados em relatórios técnicos da atividade e auxiliaram na análise e interpretação dos dados descritos no painel.

### Nossas Águas e Usos

Na comunidade Serra do Talhado, as principais fontes de abastecimento de água são dois poços artesianos, cacimbas (utilizadas para todo tipo de atividade), cisternas, uma pequena lagoa e os chamados 'caldeirões', reservatórios naturais formados em solos rochosos. Faltam cisternas em alguns domicílios e os moradores ainda percorrem longas distâncias utilizando jumentos ou carros de boi para transportar água.

### Nosso Lixo

Os resíduos gerados na comunidade são queimados ou enterrados. Os moradores relatam que essas práticas são comuns e que ainda deixam uma grande quantidade de resíduos espalhados nos terrenos, contribuindo para a poluição do ambiente e dos recursos disponíveis.

### Nossa Saúde

Existe na comunidade agente comunitário de saúde, o que facilita o atendimento em relação à atenção básica. O agente é o responsável por distribuir doses de cloro para tratamento de água. Os moradores também são atendidos com visitas periódicas de médicos e dentistas e fazem uso de medicamentos caseiros elaborados a partir de plantas da Caatinga. As parteiras e benzedadeiras também possuem importância na promoção da saúde local.

### Nosso Meio Ambiente

Os moradores conseguem identificar estágios diferentes de degradação no solo e na vegetação devido às ações antrópicas. Admitem que o desmatamento ainda seja uma prática comum, mas desconhecem outras possibilidades de manejo do solo menos degradantes. A qualidade do ar e as plantas medicinais da Caatinga são valorizadas como benefícios que o ambiente em que vivem proporciona à saúde.

### Nossa Educação e Cultura

Em Serra do Talhado há uma escola, a Escola Municipal Francisco Balbino Diniz, que oferece aos alunos os ensinamentos infantil e fundamental, com turmas até o 6º ano. Alunos matriculados em outras séries dirigem-se a escolas da zona urbana de Mirandiba. A Associação Quilombola de Serra do Talhado é citada como um espaço que promove a cultura local, assim como os grupos religiosos.

### Nossa Comunicação



Quanto à comunicação, a associação também é citada como principal meio de interlocução. Os moradores reivindicam serviços básicos, como a instalação de um telefone público e o serviço oferecido pelos Correios, bem como um ponto de inclusão digital na escola.

### Nossos Movimentos Sociais e Instituições Parceiras

Como movimentos sociais e parcerias estabelecidas, são citados: a Associação Quilombola de Serra do Talhado; a Pastoral da Criança; o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandiba; o Conselho Tutelar; o Conselho de Desenvolvimento Municipal; e os grupos religiosos formados na própria comunidade.

### Nossos Arranjos Produtivos

A agricultura e a criação de animais de pequeno e médio porte são as principais atividades da comunidade. O transporte e escoamento da produção são comprometidos pelo difícil acesso a Serra do Talhado. Os agricultores locais ressaltam que dependem de maquinário agrícola para melhor desenvolverem suas produções, como um trator e uma máquina de beneficiamento de mamona.

A seguir, fotos que representam a comunidade:

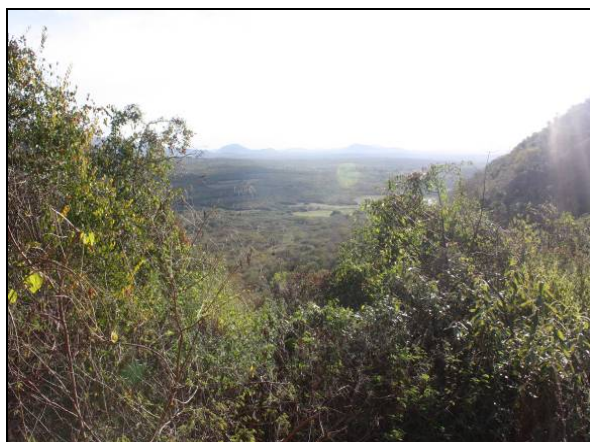


Foto 01. Vista do alto da Serra do Talhado.



Foto 02. Comunitários de Serra do Talhado após a Oficina de Mapeamento Técnico.

## **6.2. Memória Coletiva Construída Durante a Oficina de Mapeamento Social**

A oficina de mapeamento social e sua consequente elaboração de mapas buscou levantar e socializar conhecimentos e compreensões do grupo participante da ação, sobre sua vida e sua região. Os mapas sociais elaborados pelo grupo são produtos de um processo minucioso de análise socioambiental do ambiente em que estão inseridos, onde são identificados e expressos na forma de desenho os valores materiais e imateriais comuns a todos, elementos essenciais na configuração de um território.

O mapa social atua na perspectiva do olhar comum, coletivo, sobreposto aos anseios e desejos de um grupo social. É uma representação subjetiva dos processos de ocupação de uma área e das redes de inter-relações que se criaram sob esse ambiente ao longo do





tempo. O território quilombola se difere dos demais não pelas características físicas, mas pelos sinais históricos e culturais ali presentes, sendo a reprodução cultural e o resgate histórico as principais características que o torna um ambiente único.

Nos dois mapas sociais elaborados pelo grupo, existem diferenças em relação aos elementos considerados prioritários. Um mapa priorizou as moradias e o nome de suas respectivas famílias, construções antigas e comunidades vizinhas. Os dois poços que foram perfurados pela comunidade e suas áreas agrícolas adjacentes também foram destacados. No outro mapa, foram desenhadas as estradas que dão acesso à comunidade e comunidades vizinhas e os recursos naturais existentes, como a vegetação nativa e a disponibilidade de água.

A seguir, os mapas elaborados durante a Oficina de Mapeamento Social:



Foto 03. Mapa social elaborado, com maior destaque para a configuração das moradias existentes.



Foto 04. Mapa elaborado por outro grupo, que optou por priorizar os recursos naturais existentes no local.

### 6.2.1. Fase de Interpretação das informações do Mapeamento Social

Os mapas elaborados em Serra do Talhado evidenciaram a proximidade das relações de parentesco entre os moradores, e a íntima ligação destes com o meio, representada pelas atividades sociais. Há forte identificação com algumas comunidades adjacentes, que são relacionadas ao desenvolvimento da comunidade desde a formação do território até os dias atuais, mesmo com algumas não possuindo características de comunidades tradicionais e/ou quilombolas. Por ser uma comunidade relativamente pequena, os nomes das famílias possuem um valor simbólico muito grande, e receberam destaque especial nos desenhos produzidos.

### 6.3. Memória Coletiva da Oficina de Devolutiva

Na ocasião, foi destacada a relevância da atividade para a confirmação da veracidade das informações fornecidas, e o consequente autoconhecimento da comunidade para ações futuras dos Programas de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas e de Educação Ambiental.



Dados coletados durante as fases de mapeamento técnico, mapeamento social e questionário socioambiental foram novamente socializados, como forma de estimular o grupo a refletir sobre os produtos finais elaborados. Os eixos temáticos do mapeamento técnico foram priorizados recebendo maior destaque, por possuírem um número maior de informações.

Os gráficos gerados por meio do questionário socioeconômico também foram socializados em projeção audiovisual, assim como os mapas sociais elaborados, reafirmando as informações do mapeamento técnico e assim eliminando uma possível fragilidade deste tipo de pesquisa, quando se distancia da equipe de pesquisadores como atividade de alternância. Os membros da comunidade validaram as informações referentes a essas fases do mapeamento.

Apresentou-se então a proposta de capacitações do Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas, referente ao Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, do Projeto Básico Ambiental do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, para validação dos temas selecionados para a intervenção. O grupo presente ressaltou que já participou de algumas oficinas que fazem parte do Plano a partir de outras parcerias, e por isso, solicitou que sejam aplicadas com caráter mais prático que teórico. A proposta de capacitações do Plano foi validada conforme segue:

- Oficina de Associativismo e Cooperativismo;
- Oficina de Elaboração e Gestão de Projetos Socioprodutivos;
- Oficina de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;
- Oficina de Agricultura Orgânica e Agrofloresta;
- Oficina de Reflorestamento, Implantação e Gestão de Viveiros;
- Oficina de Beneficiamento de Frutas Nativas da Caatinga;
- Oficina de Artesanato;
- Oficina de Apicultura;
- Oficina de Criação de Animais de Pequeno e Médio Porte;
- Oficina de Comercialização e Divulgação e Produtos;
- Oficina de Planejamento Estratégico;
- Oficina de Empreendedorismo.



## 6.4. Pesquisa Socioeconômica

A partir da aplicação e recolhimento dos questionários, os dados foram sistematizados em textos e gráficos, conforme a objetividade ou subjetividade de cada questão. Dados referentes à faixa etária da população, educação, fonte de renda e arranjos produtivos foram expressos, além da contextualização, na forma de gráficos. A análise dos dados obtidos foi realizada tanto nos aspectos quantitativos como qualitativos, confrontando-os com relatos dos moradores registrados durante as oficinas realizadas.

### 6.4.1. Aspectos Socioeconômicos da Comunidade

#### Localização e Origem da Comunidade

A comunidade Serra do Talhado localiza-se no município de Mirandiba, estado de Pernambuco. Seu acesso é pela rodovia estadual PE-425, que liga Mirandiba ao município vizinho de Carnaubeira da Penha, e seguindo por estrada não pavimentada até o alto da Serra do Talhado, que dá nome à comunidade.

A seguir, imagem do local simbólico para a comunidade:



Foto 05. Local onde era realizado o processamento da produção de arroz.

O nome da comunidade faz referência à localidade em que está situada, conforme relata o Sr. João Francisco Diniz, morador da comunidade: *“Aqui chama Serra do Talhado porque ali na ponta da Serra tem um talhado mesmo. Assim no meio. Antigamente a gente tinha que ir lá buscar água”*.

O povoamento ocorreu a partir do ano de 1973, quando o pai do Sr. João Francisco Diniz (conhecido por João de Chico), o Sr. Francisco Manuel Balbino, comprou 109 (cento e nove) hectares de terra da fazenda Santa Clara – mesma fazenda onde se originaram as comunidades quilombolas vizinhas Juazeiro Grande e Pedra Branca.

A família de João Francisco tem sua origem na localidade de Brejo do Gama, tendo migrado, por volta do ano de 1930, até a região denominada Ponta da Serra, localizada



no pé de serra da Serra do Talhado, passando a trabalhar para a família dos Carvalhos na fazenda Santa Clara.

As motivações que fizeram com que Sr. João e sua família subissem a serra foram as relações de trabalho estabelecidas no local:

*(...) o patrão me reclamou pru mó de um serviço que eu impreitei com ele e num terminei. Eu fui fazer outra impreita porque o que eu ganhava dele não dava pra mim dar o de comer pros meus filhos, aí eu fui fazer outra impreita no arroz. E aí eu encontrei com ele na estrada e ele foi e reclamou. E com isso aí eu fiquei com raiva. Aí eu disse, vou sair daqui. (Sr. João de Chico)*

A realidade descrita por Sr. João de Chico refere-se à condição de agregado que ele e sua família viviam na fazenda Santa Clara, propriedade de Sr. Joaquim de Firmo, da família dos Carvalho. A exploração da mão de obra do trabalhador rural, que era mal remunerado e muitas vezes, consistia da troca de sua força de trabalho por comida, era comum na região, com muitos casos ainda hoje estabelecidos.

*Morador é escravizado. A pessoa trabalha só pro patrão e não pode trabalhar pra ela mesma. O tempo que vai ter pra trabalhar na sua roça, pro seu sustento é só no domingo. E paga mal. Se é de pagar 20 por um serviço, o patrão paga 5. (Sr. João de Chico)*

A família dos Carvalho, citada pelos moradores de Serra do Talhado, possuía a fazenda Santa Clara, e foi deles que Sr. Francisco Manuel Balbino Diniz, pai de Sr. João de Chico, comprou o terreno onde seu filho se instalou dando origem à comunidade. Sr. João de Chico e outros moradores dão ênfase a esse momento como uma espécie de marco, quando deixam de trabalhar para terceiros para trabalhar em suas próprias roças.

Na época, poucas pessoas subiam até o alto da Serra. Havia poucas roças na região e nenhuma habitação. Sr. João Francisco Diniz, sua esposa Sra. Creuza Amélia da Conceição e os filhos iniciaram a ocupação implantando roçados e construindo um rancho de palha de catolé (espécie de palmeira abundante na região). O acesso ao local era muito restrito, assim como o acesso a água. Subiam trazendo água da Ponta da Serra com a ajuda de animais, ou iam buscar no talhado da serra uma água salobra.

No ano de 1975, foi construído o primeiro poço da comunidade, o que se tornou atrativo para que outras famílias fossem ocupando o território. A partir da disponibilização de água por meio do poço, outros habitantes de Ponta da Serra começaram a subir e fixar-se na comunidade, como seu pai, Sr. Francisco Manoel (conhecido por Chico Preto) e sua mãe, Sra. Ana Maria das Dores da Conceição.

Anos depois, devido à baixa qualidade dos materiais utilizados em sua construção, as paredes do poço cederam, fazendo com que a comunidade passasse por um período crítico de falta de água. Sr. João de Chico e Sr. José Alves reformaram o poço tempos depois.



Quando relata os eventos marcantes na história da comunidade, o grupo trata a água como prioridade, seguido de suas articulações sociais representadas pela consolidação da Associação Quilombola de Serra do Talhado.

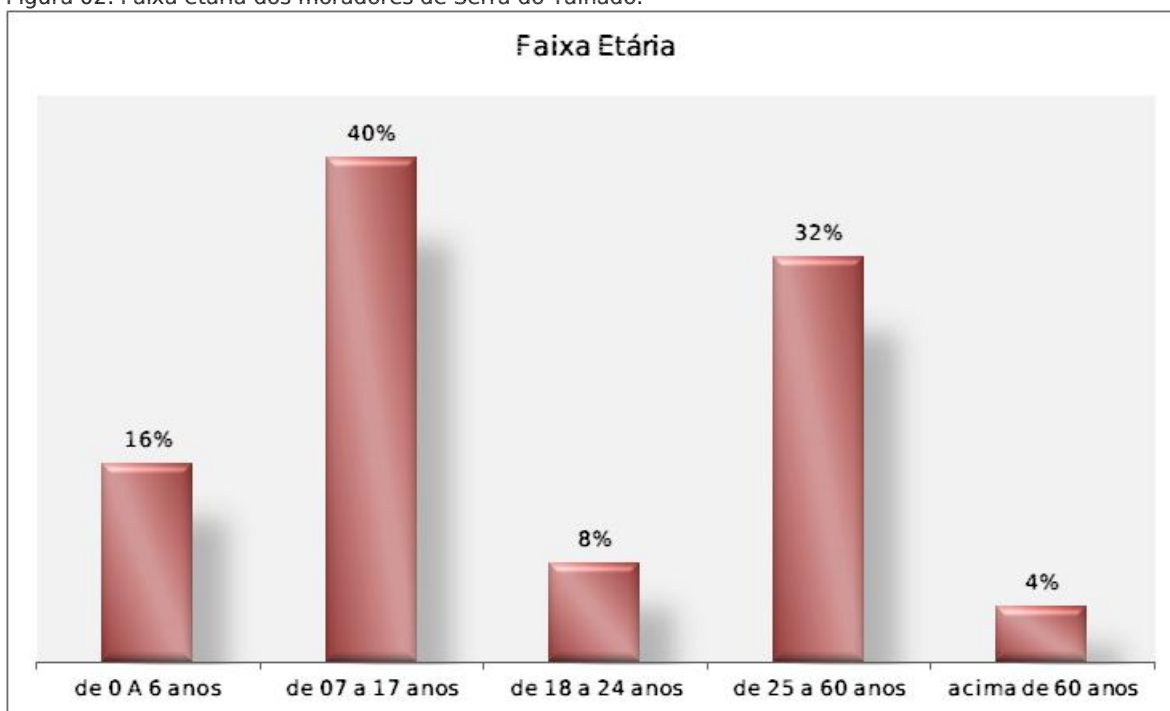
Outras construções também foram citadas, como as primeiras cisternas e a barragem de Chico Preto, no ano de 1983, a escola e a estrada de terra que foi construída pelos próprios moradores.

### População

A comunidade quilombola de Serra do Talhado é composta por 39 (trinta e nove) famílias. O perfil populacional demonstra que esta comunidade apresenta, predominantemente, as faixas etárias de 07 (sete) a 17 (dezesete) e 25 (vinte e cinco) a 60 (sessenta) anos, conforme dados coletados nos questionários socioeconômicos aplicados aos moradores.

A faixa etária da população é demonstrada no gráfico a seguir:

Figura 02. Faixa etária dos moradores de Serra do Talhado.



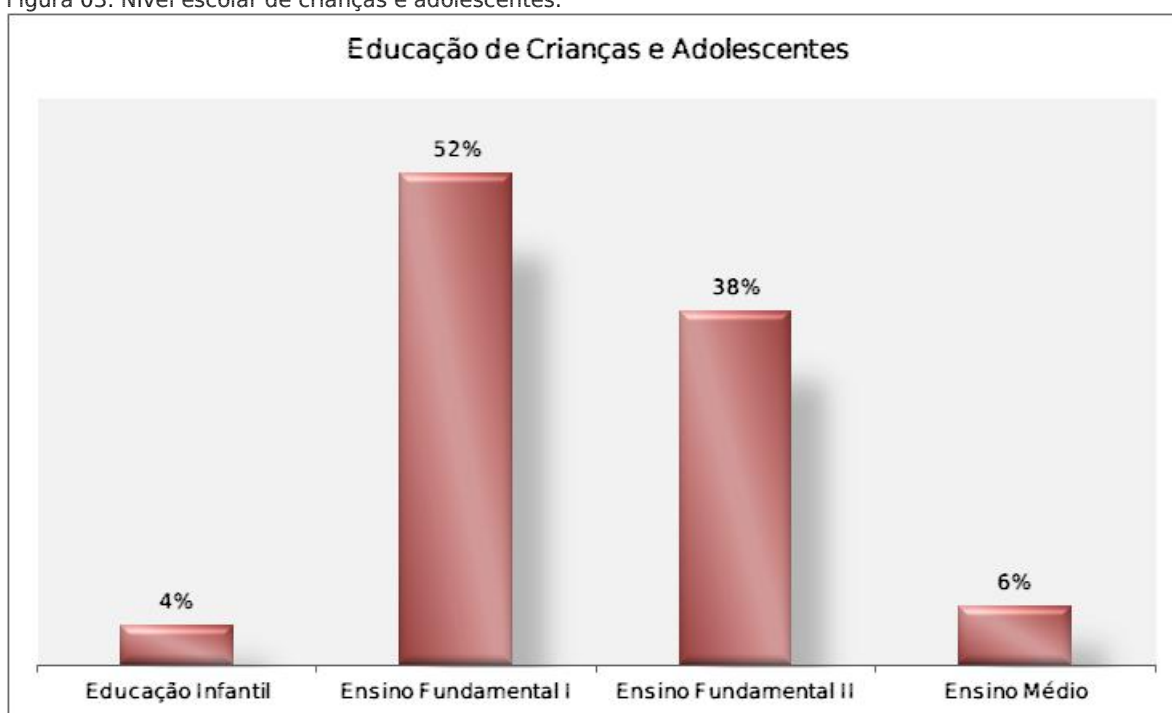


## Educação

A comunidade possui uma escola, a Escola Municipal Francisco Balbino Diniz. A escola oferece educação infantil e o ensino fundamental I (1º ao 5º ano), com os alunos agrupados em turmas multisseriadas. Outros estudantes da comunidade deslocam-se à sede do município de Mirandiba.

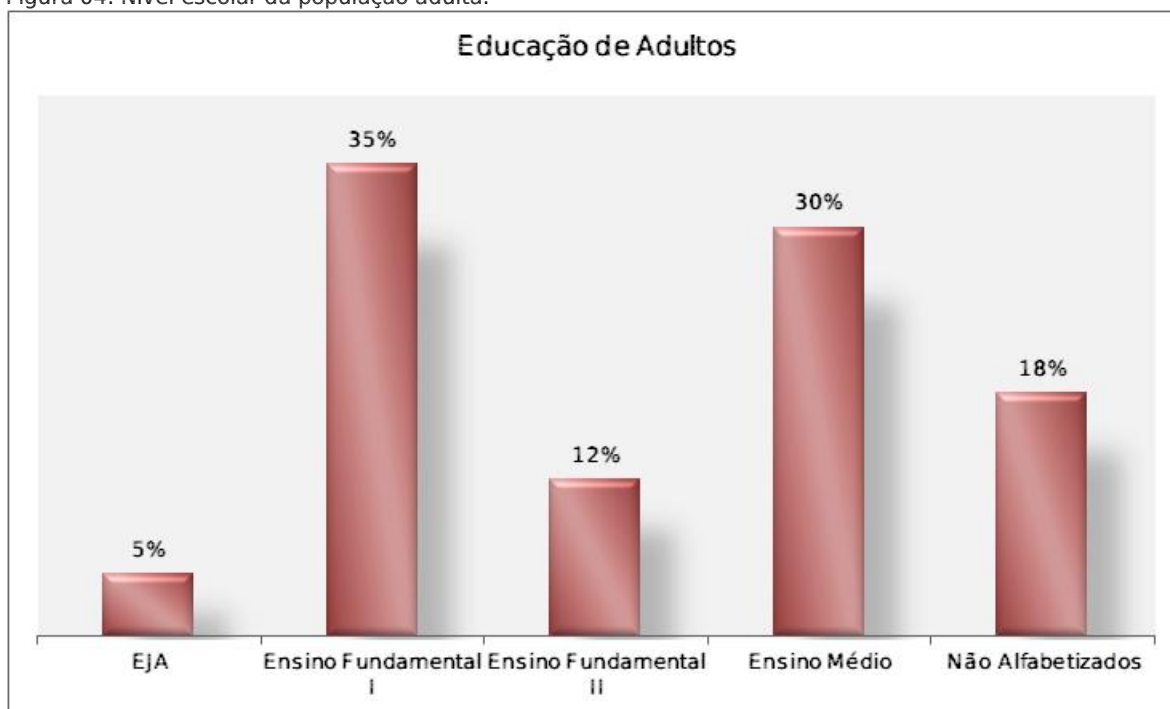
Quanto ao nível de escolaridade dos moradores, percebe-se que mais da metade das crianças e adolescentes cursam entre a educação infantil e o ensino fundamental I. Já em relação aos adultos, observa-se um alto índice de analfabetismo, aproximadamente 20%.

Figura 03. Nível escolar de crianças e adolescentes.



A seguir, o gráfico demonstra a escolaridade da população adulta:

Figura 04. Nível escolar da população adulta.

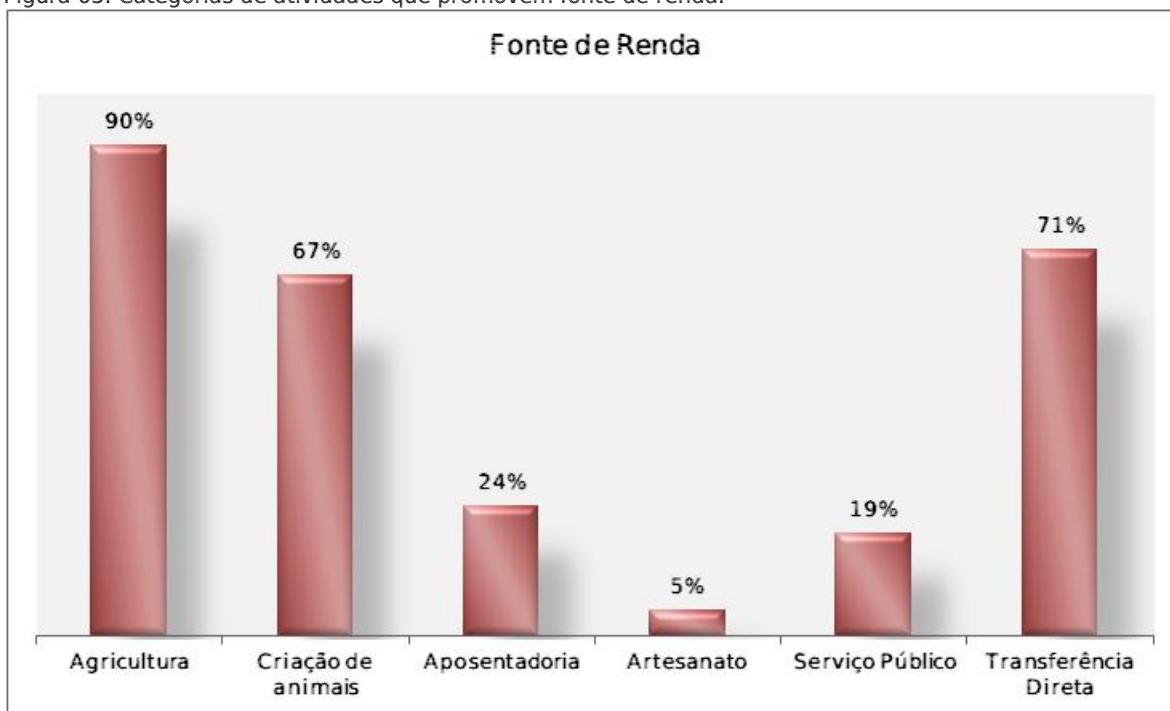


#### Fonte de Renda

As atividades produtivas existentes na comunidade consistem basicamente na agricultura familiar e na criação de animais, porém, mais voltadas à subsistência. São consideradas alternativas de renda porque o excedente da produção é comercializado frequentemente. A renda proveniente de aposentadorias e de programas de transferência direta compõe parcela significativa da renda local. Das famílias entrevistadas, cerca de 70% afirma receber algum tipo de recurso a partir de transferência direta.

O gráfico a seguir demonstra as principais fontes de renda em Serra do Talhado:

Figura 05. Categorias de atividades que promovem fonte de renda.



### Manifestações Culturais

Em Serra do Talhado, as manifestações culturais estão relacionadas ao calendário de novenas religiosas, missas, e os festejos de São João. Além destas, as festas de vaquejada e os forrós promovidos na comunidade demonstram também ter forte influência na vida social.



Foto 06. Capela localizada em Serra do Talhado, reformada pelos moradores.

### Organização Comunitária e Movimentos Sociais

A comunidade de Serra do Talhado demonstra construir relações sociais pautadas na cooperação do grupo. Realizam mutirões para melhoria de infraestruturas coletivas, como





aconteceu na reparação do poço, na reforma da capela e na construção da estrada que dá acesso à comunidade.

Demonstram grande interesse em acessar informações que venham a beneficiar o desenvolvimento coletivo e, a partir deste exercício, foi fundada no ano de 2005 a Associação de Moradores. Os moradores relatam como fator negativo ao desenvolvimento local a exploração da mão de obra e como fator positivo a importância da associação para transformação deste quadro.

As principais instâncias de participação da comunidade são os grupos religiosos, a Associação Quilombola de Serra do Talhado (antiga Associação de Moradores), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirandiba e os Conselhos de Desenvolvimento e de Saúde do município.

### Regularização Fundiária

Serra do Talhado identifica-se como comunidade quilombola. No ano de 2005, a partir da associação de moradores, começaram a dialogar com a comunidade quilombola de Conceição das Crioulas, localizada no município vizinho de Salgueiro. Dentro deste contexto, reformularam o estatuto da associação, que passou a se chamar Associação Quilombola de Serra do Talhado no ano de 2010, sendo certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2011.

### Instituições Parceiras e Projetos de Desenvolvimento Local

A comunidade vem desenvolvendo uma relação de proximidade junto a Associação Quilombola Conceição das Crioulas (AQCC) e à Associação Quilombola de Feijão/Posse, comunidade quilombola vizinha, que tem fortalecido a politização da comunidade frente ao movimento quilombola regional.

Serra do Talhado mantém parcerias com o Ministério da Integração Nacional (MI), o Instituto de Tecnologia de Pernambuco (ITEP), Pastoral da Criança, a Associação CONVIVER no Sertão, organização não governamental que trabalha com direitos quilombolas na região, e ActionAID, organização não governamental europeia que realiza trabalhos de desenvolvimento social em diversos países.

### Distribuição Espacial e Formas de Uso da Terra

O território de Serra do Talhado faz limite ao norte com as comunidades Talhado e Laminha; ao sul, com as comunidades Umburana d'Água e Fonseca; a leste, com as comunidades Boião, Santa Clara e Arroz; e a oeste, com a comunidade Ponta da Serra.

As moradias da comunidade se distribuem de forma circular ao redor das principais fontes de abastecimento de água, os dois poços perfurados pelos moradores. Próximas aos poços encontram-se as melhores áreas de cultivo. Embora apresente um solo pedregoso, segundo a comunidade, em Serra do Talhado encontram-se áreas



consideradas de muito boa qualidade para a agricultura. A comunidade utiliza as terras para o roçado de maneira individual, e seu manejo é feito pela família proprietária.

O acesso à água melhorou desde a fundação da comunidade, principalmente pela união e trabalho dos moradores que perfuraram dois poços que se configuram como as principais fontes de abastecimento, tanto para fins primários como para os demais usos.



Foto 07. Poço perfurado pelos moradores em Serra do Talhado.



Foto 08. Poço localizado na comunidade Serra do Talhado.

Além desses poços, utilizam, também, água de barreiros e cacimbas e para o tratamento da água, como método de purificação, utilizam cloro, disponibilizado por agentes comunitários de saúde. O método adotado não se configura como procedimento seguro de desinfecção já que a água é clorada sem nenhum tipo de separação dos sólidos em suspensão, sem o processo de filtração.

Nos últimos anos foram implantadas cisternas na comunidade, por meio do Programa Um Milhão de Cisternas do Governo Federal. No entanto, nem todas as casas foram contempladas com esse benefício. A captação de água pluvial se configura como a fonte mais segura para o consumo, sendo que sua disponibilidade fica comprometida em períodos de longa estiagem. Nesses períodos, a prefeitura abastece semanalmente a comunidade com tambores de água, por meio de caminhões que chegam até Serra do Talhado.

Existem áreas de cultivo próximo das casas, intercaladas entre essas e áreas de roçado mais afastadas. Os terreiros centrais costumam ser áreas de socialização da comunidade, sendo que o terreiro localizado próximo à casa de Sr. Francisco Manuel Balbino, ancião da comunidade, tem maior representatividade nos encontros dos comunitários. Em frente a esta casa encontra-se um grande umbuzeiro, em cuja sombra a comunidade costuma se reunir, representando uma das áreas de lazer do local. Ao lado de sua casa está a escola, e mais a frente uma capela construída a pedido de sua falecida esposa, mãe de Sr. João de Chico, D. Ana Maria das Dores da Conceição, que ali foi sepultada.

As técnicas de construção utilizadas são a taipa, o adobe e a construção com alvenaria. A comunidade relata que, associada à construção, estão atrelados movimentos culturais e



sociais importantes para o modo de vida local. Isto porque as casas são construídas de maneira coletiva, em mutirões.

Delimitam geograficamente o território, que se constitui não só das áreas habitadas e utilizadas para o roçado como também áreas do entorno, cujos recursos dependem para manter as criações que pastam na Caatinga e de onde buscam matéria prima para sustentar outras atividades. A posse da terra leva em consideração aspectos simbólicos e culturais, a história comum, e o grau de parentesco mantido entre os comunitários.

A seguir, fotos que representam a comunidade:



Foto 09. Capela antes da reforma, realizada no ano de 2012, construída com a técnica de adobe.



Foto 10. Área de roçado localizada próxima a um dos poços da comunidade.

### Expectativas da Comunidade

A comunidade almeja pelo aprofundamento e compreensão de alguns temas, como:

- Manejo adequado do solo;
- Agricultura orgânica;
- Defensivos naturais;
- Criação de abelhas;
- Manejo de animais;
- Fontes alternativas de captação e tratamento de água;
- Cursos e aperfeiçoamento em artesanato (bijuteria, palha de milho e outros);
- Cursos em corte e costura;
- Educação em saúde;
- Ofícios da área de construção, pintura e marcenaria;
- Capacitação em coleta seletiva.





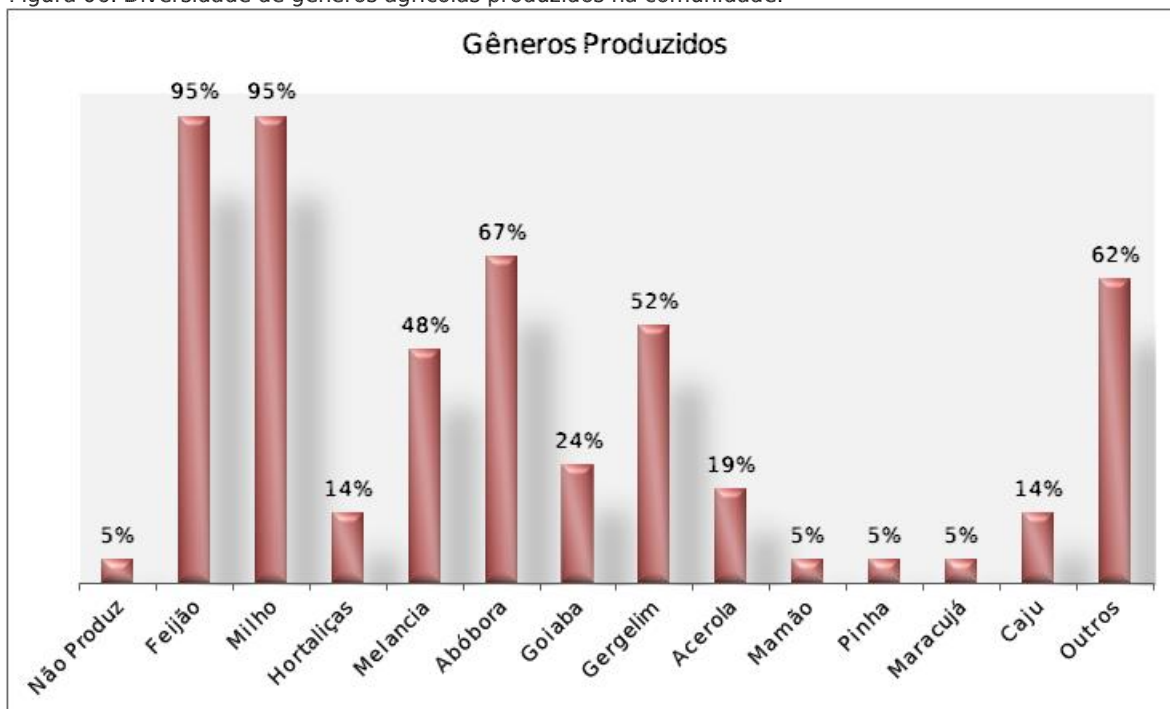
## Arranjos Produtivos

Desde a sua formação, a comunidade tem como principal atividade a agricultura familiar de subsistência, que gera pouco excedente e é comercializada na própria comunidade, entre comunidades vizinhas e na feira que ocorre no município de Mirandiba. Cultivam com maior frequência milho, feijão, abóbora, gergelim, batata, banana e mamona.

Pela comunidade situar-se no alto de uma serra, o clima em Serra do Talhado é um pouco mais ameno, e a percepção dos moradores é que a terra é de boa qualidade. Assim como outras comunidades da região, cultivaram o algodão em média escala, pois este gênero agrícola possuía maior viabilidade econômica na época de constituição da comunidade, e cuja produção era vendida a uma indústria têxtil instalada no município. Quando houve a infestação nas lavouras pelo 'bicudo', praga que causou grandes prejuízos, a produção foi encerrada. Além deste, também costumavam plantar arroz, que não é mais cultivado.

A seguir, o gráfico representa a produção agrícola em relação com o percentual de famílias:

Figura 06. Diversidade de gêneros agrícolas produzidos na comunidade.



A mamona se configura como gênero produzido exclusivamente para o comércio. Há na região compradores que encaminham a produção para beneficiamento e produção de biodiesel. No entanto, a comunidade ainda busca alternativas para que possa dispensar o intermediário de atravessadores durante o processo de comercialização, cuja atuação acarreta em baixos preços de venda. A produção de frutíferas atende ao consumo das famílias e depende de rega manual ou de pequenos sistemas caseiros de irrigação.



Embora tenham avançado sobre a produção de produtos orgânicos, de acordo com os dados coletados em entrevistas, enquanto cerca de 70% afirma não utilizar insumos em suas produções, alguns agricultores ainda fazem uso de defensivos químicos.

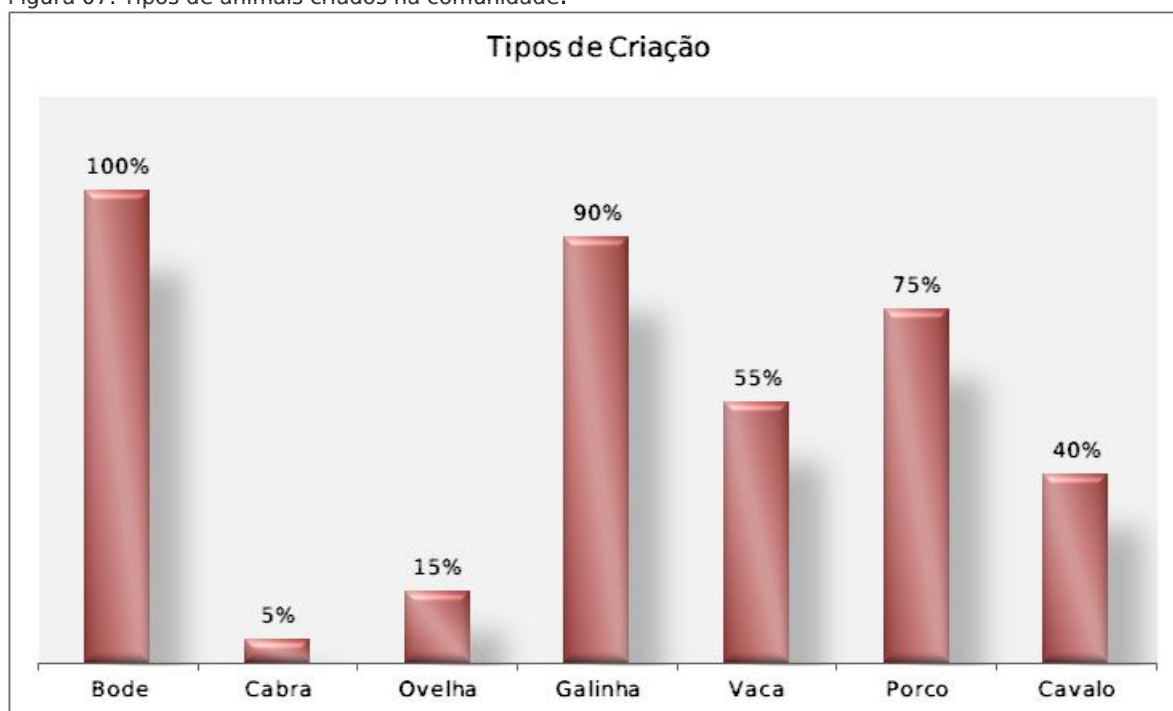
Por intermédio de parceria com a ONG CONVIVER no Sertão, a comunidade teve acesso a cursos de formação em agroecologia e começa a implantar sistemas orgânicos de cultivo pautados em técnicas alternativas de produção.

Uma das áreas prioritárias para o plantio é o entorno de um dos poços, pois a área fica alagada em períodos de chuva. Atualmente esta representa uma das principais áreas de cultivo da comunidade. As sementes destinadas ao plantio são fornecidas pela Prefeitura Municipal de Mirandiba ou adquiridas nas roças da própria comunidade, ou ainda, pelos programas do governo do estado.

Além da agricultura, o grupo desenvolve a criação de animais de pequeno e médio porte, que atende ao consumo e a pequenas negociações locais como uma fonte alternativa de renda. Os caprinos pastam soltos na Caatinga, sendo recolhidos ao final do dia. A criação de galinhas tem grande representatividade local, sendo realizada nos quintais das residências. Além de prover a base alimentar e possibilitar fonte alternativa de renda, alguns animais ajudam no trabalho do roçado e são largamente utilizados como meio de transporte.

A seguir, o gráfico representa os tipos de criação existentes na comunidade:

Figura 07. Tipos de animais criados na comunidade.



## 6.4.2. Infraestrutura Social e Econômica

### Saneamento Básico

- Fontes de Abastecimento de Água

Embora tenha melhorado o acesso a este recurso, a distribuição e o acesso não acontecem de forma regular durante o ano, e a situação geralmente se agrava em períodos mais longos de estiagem, comprometendo a produtividade agrícola. Como citado anteriormente, a comunidade não possui rede de abastecimento de água, dependendo basicamente de dois poços comunitários, cacimbas e cisternas. Durante esses períodos, muitos comunitários saem da comunidade para ir trabalhar no município de Mirandiba.



Foto 12. Poço localizado na comunidade, que ainda utiliza animais para realizar o transporte da água.

- Efluentes Domésticos

Não há saneamento básico em Serra do Talhado. Das 39 (trinta e nove) casas existentes na comunidade, 5 (cinco) possuem banheiros instalados pela FUNASA, e utilizam somente para o banho, pois a manutenção é comprometida devido à falta de água para descarga. Nessas casas, os efluentes são encaminhados para fossas negras. Os efluentes das demais casas são dispostos nos quintais e terreiros.

- Coleta e Destinação do Lixo

Na comunidade, assim como nas demais comunidades quilombolas de Mirandiba, não há gestão municipal dos resíduos que são produzidos. Não contam com transporte, nem com disposição final adequada. Deste modo, a incineração e o soterramento continuam sendo práticas frequentes na localidade, sem distinção de materiais.

Os resíduos de origem orgânica são reaproveitados para alimentação animal e as garrafas do tipo PET são reutilizadas para armazenamento de grãos e sementes.



## Energia Elétrica

Na comunidade Serra do Talhado ainda existem casas que não possuem acesso à rede de energia elétrica.

## Saúde

O atendimento médico oferecido pelo Programa de Saúde da Família (PSF) é realizado no posto de saúde localizado na sede do município de Mirandiba, o PSF Quilombola Juazeiro Grande. A comunidade é assistida mensalmente pelas visitas do agente comunitário de saúde, mas segundo relatos coletados com os moradores, as visitas não abrangem todas as casas da comunidade.

Assim como em outras comunidades quilombolas da região, casos de Doença de Chagas são recorrentes, devido às condições de moradia e modos de produção comuns em toda a região.

As plantas medicinais da Caatinga são amplamente utilizadas no tratamento de doenças, e o trabalho realizado pelas benzedadeiras e rezadeiras é considerado fundamental para a promoção da saúde local. A comunidade também possui parteiras, embora menos requisitadas desde a instalação da maternidade na sede do município.

## Educação

Em Serra do Talhado, a Escola Francisco Balbino Diniz oferece o ensino fundamental até o 5º ano, com turmas multisseriadas. A partir do 6º ano, os jovens devem se dirigir às escolas situadas na sede do município de Mirandiba. O transporte escolar é oferecido pelo município, com carros que buscam os alunos no pé da serra devido às más condições da estrada que dá acesso à comunidade. O município também oferece bicicletas às crianças para o deslocamento de suas casas até o principal núcleo habitacional da comunidade, onde está situada a escola.

Uma das dificuldades relacionadas ao ensino formal se refere à falta de adequação das instalações da escola para atendimento ao público. O tamanho da única sala existente não é suficiente para a quantidade de estudantes e não há espaço específico para as refeições ou lazer. A superlotação, acrescida da falta de ventilação e da proposta multisseriada sem estrutura para tanto, são fatores que contribuem para a diminuição da qualidade do ensino. Como a Associação Quilombola de Serra do Talhado não dispõe de uma sede, as reuniões da comunidade entre outras atividades acontecem nas instalações da escola.

O processo de ensino-aprendizagem não se restringe ao ambiente escolar, e é pautado na oralidade e na vida social. Durante os encontros entre comunitários, sejam oficinas de capacitação ou reuniões da Associação, é comum encontrar um grande público jovem interessado e com participação ativa. Além dos jovens, as crianças também estão sempre presentes.



Dentre os desafios da comunidade para o desenvolvimento da educação local, os moradores relatam principalmente a falta de recursos e materiais didáticos, infraestrutura adequada e capacitações que visem à qualificação dos professores e demais funcionários.



Foto 13. Turma multisseriada, formada por alunos de diferentes faixas etárias.



Foto 14. Vista frontal da Escola Municipal Francisco Balbino Diniz.

## Comunicação

Os veículos de comunicação mais utilizados pela comunidade são o rádio, a televisão e o telefone celular. Não tendo acesso a impressos, internet ou telefone público, a comunicação em Serra do Talhado é bem limitada. O uso da internet é restrito aos que frequentam estabelecimentos que oferecem serviços de internet paga na sede do município.

As reuniões da Associação e dos grupos religiosos se configuram como importantes espaços de comunicação, além do tradicional 'boca a boca'. O difícil acesso à comunidade é outro fator que compromete o fluxo de informações.

### **6.4.3. Produção e Formas de Uso e Ocupação do Solo**

#### Recursos Naturais

Assim como outras comunidades quilombolas, em Serra do Talhado as relações sociais são moldadas de acordo com os recursos disponíveis no ambiente em que vivem. Esta relação apresenta-se de maneira mais evidente para os agricultores e criadores, que dependem dos ciclos da água e da vegetação para exercer a profissão.

Na região encontra-se em abundância o umbu (no período de chuvas), o catolé (ocorrendo durante todo o ano) e o caxi. Os comunitários também utilizam plantas da Caatinga para elaboração de medicamentos caseiros, como material para construção, ingredientes na culinária e os mais diversos fins.





A população valoriza a área onde está localizada uma pequena lagoa como espaço de lazer, indicando ser este espaço de grande valor simbólico na comunidade. A lagoa a que se referem é uma pequena barragem construída pelos moradores, e está situada aos arredores dos poços.

#### **6.4.4. Serviços de Apoio à Produção**

##### Assistência Técnica

A comunidade de Serra do Talhado já participou de alguns cursos, oficinas e projetos de desenvolvimento produtivo. No entanto, poucos destes projetos tiveram continuidade.

#### **6.4.5. Análise dos Resultados da Pesquisa Socioeconômica**

A comunidade quilombola de Serra do Talhado é constituída por 39 (trinta e nove) famílias, e sua população é relativamente jovem, com faixa etária média predominando entre 07 (sete) e 17 (dezesete) anos.

Serra do Talhado possui uma escola municipal, porém os moradores alegam que a estrutura é insuficiente para atender as crianças e adolescentes da comunidade. Os moradores alegam que a escola necessita de investimentos para sua ampliação, qualificação dos profissionais e aquisição de materiais didáticos.

A agricultura é essencialmente de subsistência, e o excedente da produção é comercializado nas comunidades vizinhas, entre os moradores, e na feira local do município de Mirandiba.

As atividades culturais resumem-se a encontros religiosos e às festas tradicionais na região, como os novenários e o dia de São João, celebrado no mês de junho.

A Associação Quilombola de Serra do Talhado centraliza as decisões e informações da comunidade, e estabelece uma parceria estratégica com a Associação Quilombola de Feijão/Posse, comunidade quilombola próxima. A associação local utiliza a escola como espaço para seus encontros e reuniões.

Serra do Talhado é certificada como comunidade quilombola pela Fundação Cultural Palmares e seu processo de regularização fundiária encontra-se em trâmite no órgão competente, o INCRA.

Os poços perfurados na comunidade são as principais fontes de abastecimento, além de barreiros e cacimbas. A Prefeitura Municipal de Mirandiba disponibiliza toneis com água para a comunidade semanalmente, em períodos mais críticos de estiagem.

Os resíduos sólidos gerados são queimados ou enterrados, sem diferenciação do tipo de material que os compõem. O único material aproveitado são as garrafas do tipo PET, que servem para armazenar grãos e sementes.



Quanto à saúde local, os moradores são atendidos em postos de saúde do município de Mirandiba, mais precisamente no Posto de Saúde Juazeiro Grande, construído estrategicamente para atender as comunidades quilombolas do município. Os agentes comunitários de saúde possuem importante papel, tendo em vista o difícil acesso à comunidade, assim como as parteiras e benzedadeiras. Os moradores relatam que estes são os que mais contribuem para a promoção da saúde local.



## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitas dificuldades enfrentadas pela população de Serra do Talhado têm relação com a precariedade do acesso à localidade. A comunidade está situada no alto da Serra do Talhado, município de Mirandiba, e o único acesso se dá a partir de estrada não pavimentada. Esta particularidade também determinou historicamente as relações estabelecidas com as comunidades vizinhas. Porém, a comunidade relata que algumas benfeitorias só puderam ser feitas após a construção da estrada. Como exemplo, informaram a implantação dos postes de energia elétrica no ano de 2001 e a construção do prédio escolar, ocorrida no ano de 2002, pois anteriormente à construção da estrada seria impossível transportar os materiais necessários para o alto da serra.

A principal fonte de renda das famílias é oriunda da agricultura familiar e da criação de animais, que apesar de serem voltadas à subsistência, contribuem como fonte alternativa de renda a partir dos excedentes que são comercializados.

É notório em Serra do Talhado o fortalecimento das relações de parentesco entre os moradores, e a íntima relação destes com o meio. Esta dinâmica é responsável por suprir as necessidades do grupo para manter suas práticas comunitárias relativas à nutrição, ao trabalho e as próprias relações sociais. A dificuldade de acesso à água, a serviços básicos e a informações fortaleceu esta característica durante o desenvolvimento da comunidade.

As práticas em associativismo e a própria associação local, a Associação Quilombola de Serra do Talhado, são consideradas como potenciais da comunidade para o enfrentamento das adversidades econômicas e sociais, e os comunitários acreditam ser a principal forma de promover o desenvolvimento local a partir de formação de parcerias com outros grupos sociais e instituições.

Os comunitários consideram que a construção da sede da associação contribuirá para realização de capacitações e reuniões, além de servir como espaço para a prática do artesanato e local para aulas de informática para os jovens.



## 8. REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. P. de; FILHO, W. F. **Uma História do Negro no Brasil**. Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Quilombos: sematologia face a novas identidades**. In: CRUZ, Magno José et al (org). São Luiz: SMDDH/CCN-PVN, 1996.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno et al. **Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010.

ANDRADE, L. M. M. de. **Terras Quilombolas em Oriximiná: Pressões e Ameaças**. 1ª ed. São Paulo: Comissão Pró-Índio de São Paulo, 2011.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo; CYPRIANO, André. **Quilombolas. Tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

ARARIPE, A.; NASCIMENTO, E. **Sertão Quilombola: A Formação dos Quilombos no Sertão de Pernambuco**. Olinda: Centro de Cultura Luiz Freire, 2008.

CAMPOS, C. S. **Conjuntura quilombola no sertão de Pernambuco**. Tempo e Presença. Koinonia; Ano 3 - Nº. 11; Julho de 2008.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Cabrobó**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Salgueiro e Terra Nova**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa da Cobertura Vegetal e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

CASELLA, E. **Mapa de Solos e da Hidrografia do município de Mirandiba**. Folha 01/01. Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, 2012.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.



MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de Marketing: Uma orientação aplicada**. 4ª. Ed. Porto Alegre: Bookman. 2006. MEC – Ministério da Educação: Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view)> Acesso em 30/08/2013.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Guia de Políticas Sociais Quilombolas. 2009. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/publicidade>> Acesso em 22/12/2011.

MUNANGA, K.; GOMES, N. L. **O Negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2006.

RATTS, Alecsandro J. **(Re)conhecer quilombos no território brasileiro**. In: FONSECA, M. N. S. (Org.). **Brasil Afro-brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SILVA, J. M. S. **Tecendo estórias das comunidades mais remanescentes quilombolas aqui e acolá**. 2010. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. 2004. Orientação de Profª Doutora Maria Lúcia Pimentel de Sampaio Góes.

SILVA, J. M. S. Comunidades Quilombolas, suas lutas, sonhos e utopias. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/COMUNIDADES-QUILOMBOLAS-SUAS-LUTAS-SONHOS-E-UTOPIAS.pdf>> Acesso em: 19/01/2012.

SIQUEIRA, M. de L. **Quilombos no Brasil e a Singularidade de Palmares**. Disponível em <<http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/quilombos-no-brasil.pdf>> Acesso em 22/12/2011.

SEPPPIR – *Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial*. Disponível em <[http://www.sepppir.gov.br/copy\\_of\\_acoec](http://www.sepppir.gov.br/copy_of_acoec)> (2008). Acesso em 30/12/2011.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. **A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas**: Ambiente & Sociedade, São Paulo, ano V, n. 10; 1º Semestre de 2002.

SOUSA, R. G. **Escravidão Indígena x Escravidão Africana**. Mundo Educação. Disponível: <<http://www.mundoeducacao.com.br/historiadobrasil/escravidao-indigena-x-escravidao-africana.htm>> Acesso em: 16/02/2012.

ISA – INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Eds. Santos, Kátia M. Pacheco dos e Tatto, Nilto. São Paulo, 2008.

**Escravidão e Resistência em Pernambuco**. Disponível em: <[http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe\\_escravidao.html](http://www.cpis.org.br/comunidades/html/brasil/pe/pe_escravidao.html)> Acesso em: 26/03/2012.





## 9. ANEXOS

**Anexo I:** Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.

**Anexo II:** Plano Integrado de Capacitação de Comunidades Quilombolas.



Anexo I. Imagem do Painel Rotativo e Quadro Descritivo do Painel.



QUADRO DESCRITIVO DAS INFORMAÇÕES DO PAINEL ROTATIVO

NOSSAS ÁGUAS E USOS		
Existe	Facilita	Difículta
<p><i>Cacimba (para todos os usos); cisterna (nem todas as moradias têm); utilização de jumentos e bois para o transporte de água até as casas; caldeirão (Lajeiro); 01 lagoa; tratamento da água de beber com cloro.</i></p>	<p><i>Beber; lavação de roupas; plantio; irrigação; animais; cultivo de plantas; hortaliça.</i></p>	<p><i>Chegada da água até a casa, transporte de água na cabeça ou utilizando animais; água salgada e não tratada, falta carro pipa, falta de equipamentos para puxar a água para todo o consumo; falta energia elétrica para o poço; ausência de água encanada; falta manutenção nas cisternas; falta cisternas em algumas moradias; não há barragens e açudes; há desperdício de água.</i></p>
<p>No item <b>"Facilita"</b> o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria, tais como a existência de um poço para a comunidade, encanamento para utilização da água da cacimba, manutenção das cisternas.</p>		
NOSSO LIXO		
Existe	Facilita	Difículta
<p><i>Todos jogam ao ar livre; orgânicos para os animais; poluição das águas e do ambiente; esgoto de lavação de roupas; fezes (animais); o lixo é jogado em buracos para aterros; o plástico é queimado.</i></p>	<p><i>Adubo orgânico de fezes animais para plantas; animais e seres humanos; atração de fungos e micróbios; queimar ou enterrar.</i></p>	<p><i>Não há coleta, nem queimadas; prejudica a saúde, o ar e a comunidade; os entulhos dificultam as passagens das águas para os riachos.</i></p>
<p>No item <b>"Facilita"</b> o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria, como a existência de um depósito para descartar o lixo; reciclagem e local próprio para lavação de roupa.</p>		



NOSSA SAÚDE		
Existe	Facilita	Difículta
<p>Agente de saúde, existem plantas que servem de medicamentos; utilização de cloro para tratamento das águas; dentista; médico; escola; união; operação para não ter filhos; dor de dente, febre; dor de cabeça; dor na coluna; chagas; diarreia; depressão.</p>	<p>Plantas medicinais; cloro; água; telefone celular; energia; agente de saúde; estrada; união; associação; transporte escolar para deslocamento dos doentes; benzedor; posto de saúde.</p>	<p>A falta de transporte adequado e regular para atendimento médico na sede de Mirandiba (Carro/ambulância); posto de saúde mais próximo à comunidade; comunicação que é pouca; o agente de saúde, o dentista e o médico não vêm de forma regular; falta de sede para o atendimento; falta de telefone público; falta de água encanada; falta de preservativos; falta ensinamentos sobre a saúde bucal; deslocamento até a cidade; falta de medicamentos; falta oculista.</p>
NOSSO MEIO AMBIENTE		
Existe	Facilita	Difículta
<p>Água; plantas (milho, feijão, mamona, fava, macaxeira, laranja, mamão, coco, caju, acerola, salsinha, arroz, banana, cana, batata doce, goiaba, manda e medicinais); animais (galinha, cobra, porco, ovelha, boi, bode, aves); solo (arenoso bom para agricultura); ar puro; e pessoas.</p>	<p>Plantação; animais no transporte; água; catolé; umbu; milho; terra para o trabalho.</p>	<p>Não há árvores (matrizes) frutíferas para produção das mudas (filiais); falta de frutíferas para alimentação; desmatamento.</p>
NOSSA EDUCAÇÃO E CULTURA		
Existe	Facilita	Difículta
<p>Escola de 1ª a 4ª; Associação; vaquejada; PETI; grupo de mulheres; terço dos homens e das crianças; bar; futebol; grupo evangélico.</p>	<p>A escola facilita o acesso dos comunitários vizinhos a ela; a Associação ajuda muito com relação à cultura; meio de transporte para os estudantes (manhã); preserva a cultura da comunidade; união; conhecimento; religiosidade; o transporte dos estudantes que serve para os feirantes; cisternas; bolsa família.</p>	<p>Dificuldade de acesso; falta de energia na escola; falta de telefone público; falta de água; falta de educação infantil; falta de transporte para os alunos que estudam no horário da noite; casas de barro, pois podem transmitir doença do barbeiro; pouco professores e muitos alunos na turma de seriação; falta de ensino para os jovens e adultos; analfabetismo (idosos); falta grupo de pessoas para representar a comunidade; falta professor para ensinar artes.</p>
NOSSA COMUNICAÇÃO		
Existe	Facilita	Difículta
<p>-</p>	<p>Energia que facilita a chegada das informações; recebimento de informações gerais por meio da associação.</p>	<p>Falta rádio na comunidade para divulgar o que fazemos; falta telefone público; falta acesso a todas as operadoras de telefonia; a rádio comunitária não informa sobre nossa comunidade; falta acesso à internet; falta computadores na escola e na comunidade; falta sede para reunião; falta carteiro.</p>
<p>No item “Facilita” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria a sua comunicação, dentre os quais o telefone público.</p>		
NOSSOS MOVIMENTOS SOCIAIS E INSTITUIÇÕES PARCEIRAS		
Existe	Facilita	Difículta
<p>Associação Quilombola de Serra do Talhado; Pastoral da Criança; terço dos homens, das mulheres e das crianças; Sindicato Rural; Conselho Tutelar; Conselho do Desenvolvimento Municipal.</p>	<p>Associação; espaço da escola; pastoral facilita a saúde infantil; presença do agente de saúde (informação entre Associação; Secretaria da Saúde, etc.).</p>	<p>Ausência de uma sede para Associação; falta de estrada; falta de comunicação (celular e internet); falta transporte; falta mais iniciativa dos jovens.</p>



**NOSSOS ARRANJOS PRODUTIVOS**

Existe	Facilita	Dificulta
<i>Associação; vaquejada; terço dos homens, das crianças e das mulheres; energia e poço amazonas.</i>	<i>Ver observação abaixo.</i>	<i>Criatório de animais solto no mato; falta trator para arar a terra; o deslocamento dos produtos para o comércio da cidade; falta dispopadeira de mamona; falta bomba elétrica.</i>
<p>No item “<b>Facilita</b>” o grupo fez reflexões daquilo que, embora não exista na comunidade, se existisse facilitaria, como o caso de mais conhecimento e desenvolvimento nas questões produtivas; máquina de bater legumes e um trator para o arado.</p>		

## ANEXO II. Plano Integrado de Capacitação das Comunidades Quilombolas.

